

DISTOPIA

Ninguém é mais irremediavelmente escravizado do que aqueles que falsamente acreditam que são livres.

Johann Wolfgang Goethe

O dia 29 de fevereiro ficou marcado na história como o começo de uma nova era para a humanidade. Neste dia, escolhido propositalmente em um ano bissexto de meados do século XXI para ser lembrado pela eternidade, foi promulgado o “Manifesto de Berlim”, coroando uma pomposa solenidade que marcava o início da subordinação de todas as nações da Terra a um governo central.

O novo sistema global passou a chamar-se “União Universal dos Povos Livres” e a sua autoridade estendeu-se de imediato a todos os recantos do planeta. As pessoas normalmente referiam-se a ele como o “Sistema”, ou como a “União”.

O poder maior da União era exercido por um “Conselho de Sábios”, cujos membros eram eleitos por uma Câmara de representantes dos estados membros, chamada de “Parlamento Global”. Todos os antigos países se faziam representar nesse Parlamento, mas esta representatividade era definida por um sistema de quotas. A quantidade de quotas a que cada país teria direito era determinada pelo chamado “Índice Evolutivo”. Quanto maior o índice de cada país, ou seja, quanto mais adiantado ele fosse, maior a quantidade de representantes seus no Parlamento. Este índice era calculado e atribuído a cada país pelo próprio Conselho, o que, de certa forma, permitia que o Parlamento fosse manipulado por ele.

A justiça era promovida pelos “Tribunais da Liberdade”, organizados periodicamente para realizar os julgamentos populares. Os seus integrantes eram escolhidos pelos “Procuradores da União”, entre os cidadãos considerados como a elite daquela região onde o julgamento iria ocorrer. Todos os processos eram instaurados, conduzidos e julgados pelos próprios Procuradores. Os réus poderiam

solicitar a ajuda de um advogado de defesa, mas essa providência era considerada descabida, já que os Procuradores da União possuíam a chamada fé pública e eram tidos como infalíveis.

Como uma medida para assegurar o funcionamento dos tribunais em sua plenitude, proteger o Sistema de qualquer ameaça e garantir a liberdade e a segurança dos cidadãos, foi criada uma impiedosa Polícia Global, militarizada e com poder quase ilimitado. Leis severas foram estabelecidas, impondo obediência absoluta das pessoas aos governos. Uma poderosa agência de investigação, que se auto denominava “Comunidade Global de Inteligência”, com autoridade ainda mais abrangente, foi estruturada com a função de identificar, perseguir e aprisionar as pessoas consideradas como uma ameaça ao Sistema. Tinha autorização para atuar em qualquer local do planeta e a sua autoridade era tamanha que poderia matar e torturar os cidadãos sem prestar contas a ninguém.

Para reforçar o sentimento de unidade entre os povos, as bandeiras nacionais foram proibidas e substituídas pela nova bandeira da União.

A sociedade foi dividida pelo Conselho em duas classes de pessoas, para efeito de deveres e responsabilidades, criando-se assim, na verdade, um sistema de castas. Embora essas classes tivessem um fundo religioso, o cidadão não poderia decidir a que classe religiosa pertenceria, sendo esta escolha uma prerrogativa do Estado.

A primeira classe era denominada dos “Puros” e abrangia os que deveriam acreditar em Deus como o criador do Universo e dos seres humanos. Os Puros eram os descendentes de Adão e Eva e considerados os “Filhos de Deus”. Eram os donos de toda a criação do Senhor através dos tempos e tinham consciência de que a Terra havia sido criada para seu uso próprio e dos seus filhos. Todos os seres do Universo e todas as demais coisas criadas por Deus deveriam a eles obedecer e servir.

A segunda era a dos “Gentios” que, por princípio, eram os que negavam esta teoria criacionista e acreditavam na evolução das espécies. Admitiam um Deus universal, capaz de amar igualmente toda a sua criação e colocavam o homem como o principal responsável pela harmonia da natureza no planeta Terra. Como as teorias evolucionistas sugerem que o homem têm ancestrais comuns com os primatas, os Gentios eram humilhados pelos Puros, que os chamavam de “macacos”.

Os primeiros integravam a elite. Não podiam realizar trabalho indigno de sua posição e tinham o direito divino de sempre impor sua vontade às demais criaturas. Os segundos eram, junto com os outros animais, criaturas inferiores, que deveriam se contentar em fazer a sua parte na marcha evolutiva.

Para ser um Puro não era suficiente declarar o seu credo em Adão e a sua fé Naquele que criou os homens à Sua imagem. Era necessário provar ser um Puro através de sua herança genética. Os exames para comprovar a sua descendência de Adão eram realizados por institutos ligados diretamente aos Sábios, que editavam listas periódicas informando, em todo o mundo, a ascensão de Gentios à condição de Puros. As tabelas genéticas usadas nesse processo eram, naturalmente, mantidas como propriedade do governo e jamais divulgadas por “razões de segurança”.

Como uma consequência natural desta segregação, surgiram muitos Gentios alegando sua pureza e pedindo a sua inclusão na elite. As autoridades acenavam a eles com a possibilidade de sua ascensão à classe dos Puros, mas para isso deveriam demonstrar sua total submissão ao Sistema, trabalhando com o máximo de dedicação e informando sobre qualquer tipo de descontentamento ou revolta por parte dos Gentios. A maioria dos policiais, por exemplo, se encaixavam nesta faixa de pessoas, chamada de “Prometidos”.

O progresso tecnológico criara novos hábitos e processos de consumo em todos os países. Como não se conseguia fazer mais nada sem recorrer às redes virtuais, os cidadãos passaram a ser acompanhados e controlados pelo Sistema em todas as suas atividades. A liberdade individual e a privacidade cederam lugar à facilidade e ao imediatismo.

A capital suprema da União localizava-se em Jerusalém, cidade que passou a ser conhecida como o “Centro da Fé Libertadora Universal”. Para efeito administrativo, foram criados três grandes “Centros de Gestão da Liberdade”, verdadeiras capitais regionais do novo poder global. Estes centros localizavam-se em Washington, Berlim e Pequim. Esta divisão era necessária, já que a autoridade do Sistema, nos anos que se seguiram ao Manifesto, ainda não conseguia chegar em sua plenitude a todos os recantos do mundo. Alguns países só a conheciam por notícias na televisão, sem ter tido ainda contato com todo o seu poder e grandeza.

Na verdade esta Nova Ordem já vinha sendo implantada bem antes do Manifesto de Berlim. A humanidade convivia com o “Sistema” há muito tempo sem saber da sua existência. Naquela época, as suposições ou pesquisas a respeito da existência de uma entidade supra nacional com objetivos hegemônicos eram tratadas como um excesso de imaginação e frequentemente apelidadas de “Teoria da Conspiração”.